

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.309 - MT
(2019/0316305-8)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : ILDA CRUZ DIAS
ADVOGADOS : HAMILTON RUFO JUNIOR - MT008251B
RODRIGO BARBOZA BORGES CARVALHO - DF049433
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ILDA CRUZ DIAS em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante o seguinte:

Dessa forma, data vênia, há obscuridade na decisão proferida pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, eis que a matéria violada pelo Tribunal “a quo” foi prequestionada, tendo os embargos de declaração sido rejeitados. Além desse aspecto, o artigo 1.025 do Código de Processo Civil 3 prescreve que consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou no prequestionamento, mesmo que os embargos de declaração sejam rejeitados, como no caso desses autos.

Como se vê, provado está, como de fato realizado foi, que a parte autora prequestionou via embargos declaratórios a violação ocorrida, daí restando caracterizado a existência de omissão / erro material nos termos do artigo 1.022 do CPC como alegado pela agravante (fl. 206).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas

Superior Tribunal de Justiça

enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente